



CENTRAL EÓLICA MONTE VERDE IV S.A.

NPJME nº 31.199.598/0001-13

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)		
Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>ATIVO</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	7	1.030
Concessionárias	8	5.345
Impostos a compensar	9	6.420
Cações e depósitos vinculados	11	-
Adiantamento a fornecedores	13	2
Estoque de material de manutenção	12	7.175
Despesas antecipadas	14	100
Outros créditos	14	727
	<b>20.072</b>	<b>18.339</b>
<b>Não circulante</b>		
Partes relacionadas	10	62.195
Cações e depósitos vinculados	11	9.671
Imobilizado	15	247.110
	<b>318.976</b>	<b>325.098</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>339.046</b>	<b>343.437</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	16	6.813
Impostos a pagar	9	7.309
Empréstimos e financiamentos	17	5.363
Outras contas a pagar	18	254
	<b>19.740</b>	<b>29.016</b>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	17	170.735
Outras contas a pagar	18	2.940
Provisões	19	869
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	90.327
	<b>264.871</b>	<b>277.677</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>284.611</b>	<b>306.693</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	55.106	40.526
Prejuízo acumulado	(671)	(3.782)
	<b>54.435</b>	<b>36.744</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>339.046</b>	<b>343.437</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL  
A Central Eólica Monte Verde IV S.A. ("Companhia" ou "Monte Verde IV"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Monte Verde IV, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Dr. Silvio Bazzera de Melo, nº 428, Sala 02, Cidade Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte. Em 30 de outubro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social BNDES no montante de R\$ 145.809, a ser liberado conforme a apresentação da contraprestação da evolução da construção da usina. 1.1 Autorização do Parque Eólico Monte Verde IV: Em 07 de fevereiro de 2019 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 06 de fevereiro de 2054. A Companhia em 20 de dezembro de 2017 vendeu 9,1 MW médio de energia no Leilão de Energia 06/2018, por meio do projeto de geração eólica: Monte Verde I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2024, ao preço de R\$87,00/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 25 o Parque Eólico Monte Verde IV iniciou sua operação comercial em 06 de janeiro de 2023.

1.1.1 Autorização do Parque Eólico Monte Verde IV: Em 07 de fevereiro de 2019 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 06 de fevereiro de 2054. A Companhia em 20 de dezembro de 2017 vendeu 9,1 MW médio de energia no Leilão de Energia 06/2018, por meio do projeto de geração eólica: Monte Verde I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2024, ao preço de R\$87,00/MWh. Conforme despacho ANEEL nº 25 o Parque Eólico Monte Verde IV iniciou sua operação comercial em 06 de janeiro de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO  
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de maio de 2024. 2.1.1 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 25 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia em relação às suas políticas contábeis. As áreas nas quais há requisitos que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

2.1.1 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 25 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia em relação às suas políticas contábeis. As áreas nas quais há requisitos que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO  
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO  
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. JULGAMENTO CONTÁBEIS CRÍTICOS  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e pressupostos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 15); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18); • Provisões para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 19); • Provisões para riscos trabalhistas e civis: reconhecimento mensurável das provisões; principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) pressupostos para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 21).

4. JULGAMENTO CONTÁBEIS CRÍTICOS  
Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e pressupostos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto (nota explicativa nº 15); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18); • Provisões para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 19); • Provisões para riscos trabalhistas e civis: reconhecimento mensurável das provisões; principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 28); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) pressupostos para determinação do valor da receita conforme sua geração, com base em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 21).

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS  
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia futuras e não futuras. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso de uma Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) Provisões para desmantelamento: São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. h) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. i) Provisões para desmantelamento: São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. j) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. k) Operações de arrendamento (CPC 06 (R2)): Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Para esses contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa no período classificado como pré-operacional, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no balanço são calculados conforme sistematizado do lucro presumido, usando-se de cálculo forma apurada às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS  
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. b) Concessionárias: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de vendas de energia futuras e não futuras. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compõem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. d) Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Ativo não financeiro: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso de uma Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e) Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. f) Fornecedores: Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. g) Provisões para desmantelamento: São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. h) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. i) Provisões para desmantelamento: São constituídas quando existe uma obrigação legal de reposição ambiental ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultado. j) Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. k) Operações de arrendamento (CPC 06 (R2)): Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Para esses contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa no período classificado como pré-operacional, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023. l) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no balanço são calculados conforme sistematizado do lucro presumido, usando-se de cálculo forma apurada às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados

6. ALTERAÇÕES ADOTADAS PULO GRUPO  
As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: a) Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. b) Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. c) Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. d) Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de imposto sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro do entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As divulgações referentes à exposição conhecida ou razoavelmente estimável dos tributos sobre o lucro sob o Pilar Dois estão incluídas na Nota 24.

6. ALTERAÇÕES ADOTADAS PULO GRUPO  
As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: a) Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. b) Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. c) Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. d) Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de imposto sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro do entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As divulgações referentes à exposição conhecida ou razoavelmente estimável dos tributos sobre o lucro sob o Pilar Dois estão incluídas na Nota 24.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.030	915
Aplicações financeiras - renda fixa	-	2.712
	<b>1.030</b>	<b>3.627</b>

8. CONCESSIONÁRIAS  
Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era composto pelos seguintes valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Mercado livre	618	-
Mercado regulado	4.727	-
Total	<b>5.345</b>	<b>-</b>

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	-	2
ICMS	6.140	6.037
IRRF sobre aplicações financeiras	280	445
Total	<b>6.420</b>	<b>6.484</b>

10. TRANSACÃO COM PARTES RELACIONADAS  
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Até 60 dias	5.345	-
Total	<b>5.345</b>	<b>-</b>

11. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	-	2
ICMS	6.140	6.037
IRRF sobre aplicações financeiras	280	445
Total	<b>6.420</b>	<b>6.484</b>

12. ESTOQUE DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Estoque de materiais de almoxarifado	7.175	6.019
Total	<b>7.175</b>	<b>6.019</b>

13. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores ativo fixo	-	(13.312)
Adiantamentos a fornecedores material e serviço	2	14.144
Total	<b>2</b>	<b>1.482</b>

14. DESPESAS ANTECIPADAS E OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas	100	-
Outros créditos	-	727
Total	<b>100</b>	<b>727</b>

15. IMOBILIZADO  
O saldo do imobilizado em curso refere-se principalmente a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogeradores e estudos de engenharia civil para a construção do parque eólico.

	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso arrendamentos	7,4%	3.204
Máquinas e equipamentos	-	251.571
Imobilizado em curso	-	465
Total	<b>255.241</b>	<b>(8.131)</b>
		<b>247.110</b>

16. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO É A SEGUIR:

	31/12/2022				31/12/2023
	Valor	Depre-			

**16. FORNECEDORES**  
O saldo dos fornecedores corresponde substancialmente à aquisição de materiais e máquinas e equipamentos para construção do parque eólico.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>		
Partes relacionadas	400	20.447
Terceiros	6.413	4.666
<b>Total</b>	<b>6.813</b>	<b>25.113</b>

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**  
Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Principal	-	-	(2.819)	(3.107)
Encargos de dívida	1.524	1.423	-	-
Principal	3.840	-	173.554	162.512
<b>Total</b>	<b>5.363</b>	<b>1.423</b>	<b>170.735</b>	<b>159.405</b>

O contrato vigente, prazos, modalidades, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

**Contrato**

Instituição financeira	BNDES
Valor contratado	R\$ 145.809
Data da contratação	30/12/2019
Valor liberado	R\$ 145.871
Data da 1ª liberação	28/06/2021
Data da 2ª liberação	17/06/2022
Vigência do contrato	30/04/2019 a 15/05/2043
Custo da dívida	IPCA + 4,19 a.a.
Forma de pagamento	Principal e juros mensais
Custo de transação	Amortização mensal

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Circulante			Não circulante		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	-	1.423	1.423	145.871	16.642	162.512
Ingressos	-	-	-	-	-	-
Juros provisionados	-	101	101	-	14.881	14.881
Transferências	-	3.840	3.840	-	(3.840)	-
Custo a apropriar	-	-	-	-	-	-
Custo amortizado	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	-	<b>5.363</b>	<b>5.363</b>	<b>145.871</b>	<b>27.683</b>	<b>173.554</b>

Vencimentos do valor de principal e juros a longo prazo:

	Principal e juros
Em 2 anos	9.510
Em 3 anos	9.510
Em 4 anos	9.510
Em 5 anos	9.510
Mais que 5 anos	135.514
<b>Total</b>	<b>173.554</b>

**18. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Provisão para arrendamentos	254	2.940	3.194	451	3.420	3.871
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>254</b>	<b>2.940</b>	<b>3.194</b>	<b>451</b>	<b>3.420</b>	<b>3.871</b>

Em razão da companhia permanecer em construção durante o exercício de 2023, não houve alteração nos saldos de provisão para arrendamentos.

**Saldo em 31/12/2022**

Adições	3.871
Diminuições	(407)
Pagamentos	396
AVP	396
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>3.194</b>

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 13,84% a.a. para terrenos.

**19. PROVISÕES PARA DESMANTELAMENTO**

	31/12/2023	31/12/2022
Desmantelamento	869	-
<b>Total</b>	<b>869</b>	<b>-</b>

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

	Provisão
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>81</b>
Ajuste a valor presente	788
Aumento por revisão	869
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>869</b>

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. Periodicamente a Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento. Em dezembro de 2023, a Companhia finalizou a revisão, sendo que as provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. Com a revisão, a Companhia registrou em seu balanço um aumento de R\$ 869. A provisão para desmantelamento do parque eólico Monte Verde II está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 15). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 16,25% a.a.

**20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**20.1 Capital social:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2023, foi deliberado o aumento de capital da Companhia. Desta forma, o Capital Social em 31 de dezembro de 2023 totalmente integralizado é de R\$ 55.106 (R\$40.526 em 31 de dezembro de 2022). O Capital Social em 31 de dezembro de 2023 é composto por 5.510.600 (4.052.600 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2023		31/12/2022	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
MV Holding S.A.	5.510.600	100%	4.052.600	100%
<b>Total</b>	<b>5.510.600</b>	<b>100%</b>	<b>4.052.600</b>	<b>100%</b>

A Companhia não conta com capital autorizado, conforme estatuto social. **20.2 Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do estatuto social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do estatuto social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessa de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de (R\$ 671) ((R\$ 3.872) em 31 de dezembro de 2022).

**21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita operacional bruta</b>		
Suprimento de energia elétrica	38.977	-
<b>Total de receita bruta</b>	<b>38.977</b>	<b>-</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
PIS/COFINS	(1.423)	-
<b>Total de deduções</b>	<b>(1.423)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>37.554</b>	<b>-</b>
MWh comercializado	255	-

Aos Administradores e Acionistas

**Central Eólica Monte Verde IV S.A.**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Monte Verde IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos

**22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

**22.1 Custos operacionais**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Custo do serviço</b>		
<b>Não gerenciáveis</b>		
Encargos de uso da rede elétrica	(3.619)	(3.071)
<b>Total de custos não gerenciáveis</b>	<b>(3.619)</b>	<b>(3.071)</b>
<b>Gerenciáveis (*)</b>		
Serviços de terceiros e materiais	(5.064)	-
Depreciação e amortização	(8.130)	-
Aluguéis e arrendamentos	(4)	-
Seguros	(207)	-
Outras despesas	(425)	-
Despesas tributárias	(113)	-
<b>Total de custos gerenciáveis</b>	<b>(13.943)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>(17.561)</b>	<b>(3.071)</b>

(\*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial conforme nota 1.

**22.2 Despesas operacionais**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Despesas operacionais</b>		
Serviços de terceiros e materiais	(54)	(157)
Aluguéis e arrendamentos	(70)	(70)
Doações	(68)	(29)
Outras despesas operacionais	(131)	(198)
<b>Total</b>	<b>(253)</b>	<b>(454)</b>

**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	456	-
Juros recebidos	25	-
Receitas com derivativos	1	-
<b>Total</b>	<b>482</b>	<b>-</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Ajuste a valor presente	(81)	-
Atualização financeira	(396)	-
Comissões sobre financiamentos	(288)	-
Despesas com garantias bancárias	(20)	(75)
Encargos de dívidas (*)	(14.981)	-
Outras despesas financeiras	(3)	(23)
<b>Total</b>	<b>(15.769)</b>	<b>(98)</b>
<b>Total</b>	<b>(15.287)</b>	<b>(98)</b>

(\*) Em 06 janeiro de 2023 a Companhia entrou em operação comercial cessando o reconhecimento dos encargos da dívida no imobilizado de acordo com CPC 20 Custo dos empréstimos.

**24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE**

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	38.977	-	38.977	-
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	8%	12%	12%
<b>Total</b>	<b>3.118</b>	<b>-</b>	<b>4.677</b>	<b>-</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Base de cálculo	482	-	482	-
Alíquota vigente	25%	25%	9%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(900)	-	(464)	-
Ajuste decorrente do adicional do IR	22	-	-	-
Ajuste de anos anteriores	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(878)</b>	<b>-</b>	<b>(464)</b>	<b>-</b>
<b>Imposto corrente</b>	<b>2,25%</b>	<b>-</b>	<b>1,19%</b>	<b>-</b>

**25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **25.1 Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	1.030	3.627
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	5.345	-
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 2	-	2
Adiantamento a fornecedores	13	Custo amortizado	Nível 1	-	1.482
Estoque material de manutenção	12	Custo amortizado	Nível 1	7.175	6.019
Despesas antecipadas	14	Custo amortizado	Nível 1	100	-
Outros créditos	14	Custo amortizado	Nível 1	-	727
<b>Não circulante</b>					
Cauções e depósitos vinculados	11	Custo amortizado	Nível 2	9.671	-
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	62.195	26.841
<b>Total</b>				<b>85.518</b>	<b>38.698</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	Custo amortizado	Nível 1	6.813	25.113
Outras contas a pagar	18	Custo amortizado	Nível 2	254	451
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 1	5.363	1.423
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	170.735	159.405
Outras contas a pagar	18	Custo amortizado	Nível 2	2.940	3.420
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 2	90.327	114.852
Provisões	19	Custo amortizado	Nível 2	869	-
<b>Total</b>				<b>277.301</b>	<b>304.664</b>

**25.2 Mensuração a valor justo:** A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo requer a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. Os empréstimos e financiamentos do BNDES não foram marcados a mercado por se tratar de instrumentos financeiros com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado);

	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e financiamentos Nível 2	176.098	176.098
<b>Total</b>	<b>176.098</b>	<b>176.098</b>

**25.3 Risco de juros:** O risco de juros é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para seus estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

mudanças em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2023 (CDI 13,03% a.a., IPCA 4,62% a.a.); Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e; Cenário III: redução / elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

	Índice	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Instrumentos</b>					
Empréstimos e financiamentos	IPCA+4,19%	(178.917)	(15.763)	(19.703)	(23.644)
<b>Total</b>		<b>(178.917)</b>	<b>(15.763)</b>	<b>(19.703)</b>	<b>(23.644)</b>

**25.4**